

CORREIO DO POVO

ANO 120

Escola, lugar de pensar

CÁSSIO BESSA

A iniciativa de negar e/ou tutelar a autonomia do professor chegou ao parlamento. É fruto de uma esquizofrênica ideia de que os professores brasileiros são mal-intencionados, doutrinadores e manipuladores ideológicos. E que nas escolas do Brasil há uma contaminação de uma única ideologia. Com isso, deve-se criar uma lei que diga que na escola não se educa, apenas se repassa conteúdos programáticos. Educar seria tarefa exclusiva da família.

Na Câmara Federal, o PL 867/2015, apensado no PL 7.180/2014, já foi encaminhado à Comissão de Educação. O objetivo é coibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula, colocando cartazes nas escolas que digam que o professor deve tratar de forma igual as principais versões de questões políticas, socioculturais e econômicas, bem como não poderá contrariar as convicções morais da família do aluno. Esta iniciativa reabre o debate sobre a possibilidade da “neutralidade” da ação educativa desprovida de concepção política. Retirar da educação esse caráter é privá-la de sua essência. O que é a escola senão um espaço essencialmente político com vista à escolarização da população, capacitando-a a ler e escrever, produzir conhecimentos sobre o seu tempo e espaço e estimular sua autonomia de pensamento? Toda escola tem um projeto político-pedagógico e os professores, dentro desses marcos, devem ter a liberdade de cátedra.

A escola deve ser o lugar de ensinar a pensar, de fomentar a curiosidade, o espanto, de criar a alegria de pensar, como diria o pensador Rubem Alves. Como numa escola israelita, os professores devem divulgar com neutralidade política e ideológica a tese de negação do Holocausto? Como será debatido o tema da pena de morte numa escola católica?

Sabemos que há muita falta de limites entre as crianças que chegam à escola. Esta deve ser parceira da família para ajudar na educação. A escola não transmite só conhecimento, mas também é um ambiente educativo. Portanto, iniciativas como estas, propagadas pela ONG Escola Sem Partido, são atrasadas e descontextualizadas do Brasil contemporâneo, onde a democracia, a liberdade e a cidadania devem ser os referenciais da sociedade.